

- XLV -

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: MECANISMOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Jhoney Brandão de Souza – UFAC
(jhoneybrandao@gmail.com)

Soraia Meleiro dos Santos – UFAC
(solmeleiro@hotmail.com)

Thaís Cecília Bellaver de Almeida Pelegatti – UFAC
(thais.bellaver@gmail.com)

Jessiane Gisele Barroso da Silva – UFAC
(jessianegisele@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar as políticas públicas educacionais, que tem se conformado como mecanismos de regulação do sistema educacional e do trabalho docente. Neste estudo damos ênfase as políticas de avaliação em larga escala, que se alicerçam em discursos acerca da melhoria na qualidade da educação, mas que tem promovido efeito contrário, levando as escolas e os docentes a processos cada vez mais intensos de regulação e cobranças por resultados. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, na qual utilizamos fontes bibliográficas. Os estudos que embasam esse trabalho são Evangelista e Paula (2016) e Sudbrack e Gazzola (2016) e Bauer, Alavarse e Oliveira (2015).

AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL: CONTROLE E REGULAÇÃO

As avaliações em larga escala foram instituídas como mecanismos para identificar e medir os níveis de “qualidade” da educação brasileira. No entanto tem se instituído como uma ferramenta de controle e regulação das instituições escolares e do trabalho docente.

Acerca desse controle exercido pelas políticas de avaliação, Evangelista e Paula destacam que:

Em meados em 2005 o Ministério da Educação (MEC) aprofundou ainda mais o controle dos serviços educacionais, ao criar a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se tornou o responsável por expressar numericamente a qualidade da educação. (EVANGELISTA e PAULA,2016, p.25)

Desta forma, as escolas têm sido classificadas a partir das notas obtidas nessas avaliações e posições nos rankings, e isso tem gerado uma espécie de competição entre as instituições escolares, e até mesmo entre professores de uma mesma unidade. Afinal, o reconhecimento pelo alcance dos índices pode ser entendido pelos professores como uma forma de valorização em meio a um cenário tão desanimador de desprestígio profissional, além de significar também possíveis bonificações. Sudbrack e Gazzola (2016) destacam aspectos ligados à avaliação de larga escala, utilizadas como forma de medir o resultado da aprendizagem nas escolas brasileiras. Segundo esses autores, o Estado, a partir desses mecanismos, confere aos estados e municípios a responsabilização pela qualidade da educação, e se mantém como esfera reguladora, pronta à averiguar os resultados. São destacados nesse estudo o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que tinha ênfase nos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de português e matemática, e posteriormente a Prova Brasil. No tocante à isso, estes autores afirmam que:

A Prova Brasil, com característica censitária, passou a integrar, a partir do ano de 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o qual passou a ser referência para a definição de metas que possam aferir qualidade à educação, pelo menos até 2021. (SUDBRACK e GAZZOLA, 2016, p.221)

Todos esses mecanismos de controle e regulação são justificados pela necessidade de averiguar e contribuir para a qualidade do ensino educacional brasileiro. Entretanto as referidas autoras trazem para discussão o seguinte questionamento: O que seria a tão almejada educação de qualidade, seria apenas as representações numéricas suficientes para defini-la? E a formação do sujeito, caberia dentro de dados quantitativos? São essas algumas reflexões necessárias para que compreendamos como esse cenário tem definido os rumos da educação nacional e impactado as práticas docentes. A tão falada qualidade da educação tem se resumido a números, e, não acreditamos que seja possível medir o ensino e o aprendizados dos alunos das escolas públicas brasileiras a partir de provas que se restringem à áreas

específicas do saber, e tampouco que desconsideram o contexto social, cultural e econômico das regiões brasileiras onde habitam esses estudantes. Além desse contexto amplo, há que se considerar a realidade da própria instituição, e até da sala de aula. As instituições atendem demandas dos mais variados meios sociais e não esqueçamos do processo de inclusão, tão em voga na atualidade, que acarreta um complexo movimento nas escolas.

Ainda sobre as consequências dos mecanismos de avaliação, destacamos as falas de Evangelista e Paula, segundo elas:

Além de rotular alunos como incapazes e culpar professores pelo fracasso escolar, a política de avaliação da educação básica brasileira, com seu aspecto regulador/centralizador, tem retirado a autonomia dos professores, ao conduzir, ainda que indiretamente, diversas redes de ensino públicas brasileiras a adotarem o apostilamento, como estratégia para moldar/disciplinar o trabalho do professorado. (EVANGELISTA e PAULA, 2016, p.31)

Esse cenário tem contribuído para o “currículo mínimo”, no qual disciplinas como história, ciências, artes, geografia tem sido ainda mais menosprezadas e minimizadas no currículo escolar, que tem como foco principal o português e matemática, disciplinas cobradas nos exames. Outro agravante ocasionado por esse contexto nos remonta a culpabilização docente, no qual o professor é responsabilizado pelos baixos resultados dos seus alunos nas avaliações.

Esse ambiente de tensões e cobranças tem levado os docentes a utilizar meios para interferir no desempenho nessas avaliações como a intensificação no treinamento de alunos, com foco nos conteúdos principais, buscando assim atender ao que é imposto. Em busca de bons resultados, são adotadas estratégias, “gerando processos de ensinar para os testes, o que no limite, substitui o aprendizado pela difusão de macetes que potencializam os resultados Bauer, Alavarse e Oliveira (2015, p. 43). Os alunos passam por uma espécie de treinamento, realizando atividades com foco em conteúdo específico, sendo negligenciada a formação plena do indivíduo crítico e reflexivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se a partir do material analisado que as políticas educacionais voltadas para a avaliação da educação têm contribuído para processos constantes de regulação e controle nas escolas, influenciando diretamente sobre o trabalho dos professores.

Ressaltamos mais uma vez, que concordamos que há a necessidade de avaliar a educação, mas a forma como isso tem se dado tem sido o grande motivador das críticas recorrentes, sobretudo dos estudiosos da área. Além desse fator, questiona-se também o uso que tem sido feito desses resultados. Procuramos desta forma contribuir com os debates, sistematizando dados presentes em literatura de estudiosos da área, intelectuais estes, que junto a entidades educacionais tem dedicados esforços para manter vivo os debates e a busca por pressionar o Estado (à cumprir o papel que cabe à ele), buscando sempre problematizar questões como essas, tão caras à educação de nosso país. Como pesquisadores e alunos de pós-graduação de instituições mantidas pelo dinheiro público não podemos nos esquivar de compreender e buscar meios de nos posicionar e atuar em prol da defesa de um ensino público de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BAUER, Adriana, ALAVARSE, Ocimar Munhoz, OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. *Edu. Pesqui.*, São Paulo, v.41, n. especial, p.1367-1382, dez., 2015.

SUDBRACK, Edite Maria e GAZZOLA, Janaína Souza. Avaliação em larga escala no Brasil: Aspectos históricos e os princípios de qualidade e equidade em educação. In: ANAIS DO VIII ENCONTRO BRASILEIRO DA RED ESTRADO, Santa Maria –RS. 2016.

VOSS, Dulce Mari Silva e GARCIA, Maria Manuela Alves. O discurso da qualidade da educação e o governo da conduta docente. *Educ. Real.* [online]. 2014, vol.39, n.2, pp.391-412. ISSN 2175-6236.